



## PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24030001/2023  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2023

OBJETO: PAGAMENTO DE 4 (QUATRO) INSCRIÇÕES DA XXII MARCHA DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS, REALIZADA EM BRASÍLIA/DF NO PERÍODO DE 25 A 28 DE ABRIL DE 2023, PARA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE APODI/RN.

### I – DA CONSULTA

Trata-se de consulta concernente ao pagamento de 4 (quatro) inscrições da XXII marcha dos legislativos municipais, realizada em Brasília/DF no período de 25 a 28 de abril de 2023, para a participação dos Vereadores da Câmara Municipal de Apodi/RN, conforme solicitado pela CPL.

### II – DA PRELIMINAR DE OPINIÃO

Antes de se adentrar ao mérito do presente parecer, urge registrar que a condução da análise técnico jurídica está prevista legalmente como sendo uma das funções inerentes à prática da advocacia, conforme se abstrai do disposto na Lei Federal n.º 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Desta forma, para a legal confecção do presente instrumento, é de ser observada a existência de isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2º, § 3º da Lei referida), visto que tal documento preza pela liberdade administrativa do responsável, gestor, prova disso é que este poderá ou não seguir a opinião técnica emitida, segundo sua conveniência e finalidade.

Assim, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, é realizada a presente análise sobre os elementos ou requisitos estritamente jurídicos dos autos.

Nessa senda, cabe salientar a ressalva técnica de que o gestor público é livre na condução da Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, aos Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.



Outrossim, os argumentos alhures não vislumbram desclassificar e/ou reduzir friamente a presente peça como sendo apenas uma opinião técnica, quanto à regularidade legal do procedimento de dispensa de licitação, mas sim consignar que parte das informações, declarações, autorizações, determinações e demais atos nele presentes.

### III – DA ANÁLISE JURÍDICA

No caso presente, a Administração pretende realizar o pagamento de 4 (quatro) inscrições da XXII marcha dos legislativos municipais, realizada em Brasília/DF no período de 25 a 28 de abril de 2023, para a participação dos Vereadores da Câmara Municipal de Apodi/RN, por ser esta a única fornecedora de água potável em todo o Estado do Rio Grande do Norte, gerando, assim, a inviabilidade de competição.

A exigência para o procedimento licitatório está insculpida no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93.

Em determinadas situações, contudo, o legislador permitiu que o administrador realizasse a Contratação Direta, independentemente de licitação, através dos institutos da Inexigibilidade e da Dispensa de Licitação.

Diz a lei de licitações, em seu artigo 25 que:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes. (Grifamos).

No que diz respeito especificadamente à contratação por inexigibilidade preceitua o artigo 26 e o seu parágrafo único da Lei 8.666/93 que:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 42 do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 82 desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

**II - razão da escolha do fornecedor ou executante;**

**III - justificativa do preço.** (destacamos).



Quanto à escolha do fornecedor, sendo o caso de fornecedor único do serviço, conforme atestado nos autos, não há outra escolha possível, satisfazendo, portanto, a regrado art. 26, II, da Lei nº 8.666/93.

Para cumprimento do segundo requisito, isto é, quanto à justificativa de preço, entendemos desnecessária qualquer tentativa no sentido da comprovação da sua compatibilidade com os de mercado na medida em que se trata de tarifas preestabelecidas, que são cobradas de todos os usuários dos serviços.

Por fim, a CPL declara que o valor total é de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Assim, à vista do exposto, o parecer é pela regularidade jurídico-formal do Processo Administrativo de Inexigibilidade n.º 006/2023.

Encaminhem-se os autos ao gabinete do Presidente para as providências cabíveis que entender pertinentes junto à Comissão Permanente de Licitação.

Este é o parecer, S.M.J.

Apodi-RN, 24 de março de 2023.

  
ISAAC SAMUEL DO CARMO  
Procurador Geral CC-1  
ISAAC SAMUEL DO CARMO  
Procurador Geral da CMA  
Portaria 180/2023



**CÂMARA MUNICIPAL DE APODI - CNPJ 08.545.949/0001-89**

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 006/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24030001/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE APODI; CNPJ: 08.545.949/0001-89

CONTRATADOS: UNIAO DOS VEREADORES DO BRASIL, CNPJ: 83.594.978/0001-56.

Com fundamento no parecer jurídico e demais informações constantes do processo Administrativo nº 24030001/2023 CMA, fica DISPENSÁVEL a licitação, nos termos da Lei 8.666/93 no Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

**OBJETO:** PAGAMENTO DE 4 (QUATRO) INSCRIÇÕES DA XXII MARCHA DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS, REALIZADA EM BRASÍLIA/DF NO PERÍODO DE 25 A 28 DE ABRIL DE 2023, PARA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE APODI.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), referente a 4 (quatro) inscrições no valor unitário de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**UNIDADE GESTORA:** 1 CÂMARA MUNICIPAL DE APODI; **ÓRGÃO GESTOR:** 1000 - PODER LEGISLATIVO; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIO:** 1001 - CÂMARA MUNICIPAL DE APODI; **FUNÇÃO:** 1 LEGISLATIVA; **SUBFUNÇÃO:** 31 - AÇÃO LEGISLATIVA; **PROGRAMA:** 1 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO; **AÇÃO 2.3** - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA; **DESPESA 13** - OUTROS SERVIÇOS DE PESSOAS JURÍDICAS.

Apodi/RN, 24 de MARÇO de 2023.



JAMIELLE FERREIRA DE ARAUJO  
Portaria: 192/2023

Chefe de Gabinete da Câmara de Apodi/RN